

NARRATIVAS ESQUECIDAS E RECONSTRUÇÃO DO PASSADO: A  
DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE (RE)EXISTÊNCIA  
DIANTE DA INVISIBILIDADE IMPOSTA PELA HISTÓRIA OFICIAL À  
HISTÓRIA PÚBLICA, DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

**Alcione Aparecida da Silva**

Doutoranda pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

[alcionesilva2327@gmail.com](mailto:alcionesilva2327@gmail.com)

**Marcos Cesar Danhoni Neves**

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

[macedane@yahoo.com](mailto:macedane@yahoo.com)

### Resumo

O presente estudo aborda a problemática da invisibilidade das mulheres na história oficial e a importância da Didática da História e da História Pública como ferramentas para reconstruir suas narrativas e promover a (re)existência diante dessa invisibilidade imposta. Por muito tempo, persistiu-se a subalternidade das mulheres na historiografia, mesmo quando desempenharam papéis fundamentais na sociedade. Sob esse viés, examina-se como a cultura androcêntrica e o machismo contribuíram para a exclusão das mulheres na história da educação no Brasil, perpetuando uma visão desigual de gênero. Além disso, explora-se a interseccionalidade como uma ferramenta crítica, revelando as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres, especialmente as mulheres negras. A pesquisa apresenta a História Pública como uma abordagem que vai além da mera transmissão de conhecimento, incentivando uma visão crítica e inclusiva da sociedade. Portanto, têm-se a necessidade de repensar o ensino de história, indo além da simples inclusão das mulheres, para promover uma compreensão mais ampla das relações de poder e da equidade de gênero. Enfatiza-se que a Didática da História pode ser uma força transformadora ao empoderar e desconstruir estereótipos de gênero. Essa abordagem não é apenas pedagógica, mas também social, contribuindo para uma sociedade mais diversa e igualitária. Conclui-se dessa forma que contar essa nova história é essencial para promover a (re)existência das mulheres, superar o racismo e o machismo, e garantir seu espaço digno na sociedade e na história como um todo.

**Palavras-Chave:** História Pública; Gênero; Interseccionalidade; Didática da História.

FORGOTTEN NARRATIVES AND RECONSTRUCTION OF THE PAST:  
THE TEACHING OF HISTORY AS A TOOL OF (RE)EXISTENCE IN THE  
FACE OF THE INVISIBILITY IMPOSED BY OFFICIAL HISTORY ON  
PUBLIC HISTORY, GENDER AND INTERSECTIONALITY

**Abstract**

This study addresses the issue of women's invisibility in official history and the importance of Didactics of History and Public History as tools to rebuild their narratives and promote their (re)existence in the face of this imposed invisibility. For a long time, the subordination of women in historiography persisted, even when they played fundamental roles in society. Under this bias, it examines how androcentric culture and machismo contributed to the exclusion of women in the history of education in Brazil, perpetuating an unequal view of gender. In addition, intersectionality is explored as a critical tool, revealing the multiple forms of oppression faced by women, especially black women. The research presents Public History as an approach that goes beyond the mere transmission of knowledge, encouraging a critical and inclusive view of society. Therefore, there is a need to rethink history teaching, going beyond the simple inclusion of women, to promote a broader understanding of power relations and gender equity. It is emphasized that the Didactics of History can be a transforming force by empowering and deconstructing gender stereotypes. This approach is not only pedagogical, but also social, contributing to a more diverse and egalitarian society. It is concluded that telling this new story is essential to promote the (re)existence of women, overcome racism and machismo, and guarantee their dignified space in society and in history as a whole.

**Keywords:** Public History; Gender; intersectionality; Didactics of History.

(...)  
*Há corte e cortes profundos  
Em sua pele em seu pelo  
Há sulcos em sua face  
Que são caminhos do mundo  
São mapas indecifráveis  
Em cartografia antiga  
Precisas de um pirata  
De boa pirataria  
Que te arranques da selvageria  
E te coloque, mais uma vez,  
Diante do mundo  
Mulher.*

*(Beatriz Nascimento, excerto do poema Sonho)<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Nascimento, B. **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Org. Alex Ratts e Bethânia Gomes. Salvador: Ogum's Toque Negros, 2015. p. 32.

O poema acima expressa a sensibilidade, e, os questionamentos em relação à época, ou seja, meados dos anos 90, quando as mulheres seguiam (e ainda seguem) lutando por seu espaço numa sociedade conservadora e amplamente patriarcal. Beatriz Nascimento mulher negra de notável trajetória como escritora, poetisa, roteirista e professora, figura entre as personalidades que têm recebido limitada atenção na historiografia das representatividades negras. Em termos metodológicos, consideramos as obras publicadas e entrevistas de Beatriz Nascimento como fontes primárias substanciais para a pesquisa que visa compreender o papel das mulheres negras. A autora, de forma incisiva, direcionava sua reflexão para a problemática da história dominante no contexto brasileiro, geralmente elaborada, escrita e narrada predominantemente por historiadores brancos. Em suas contribuições, defendia a necessidade de uma narrativa histórica brasileira que contemplasse e fosse construída a partir da perspectiva negra, feminina e indígena, e que, segundo ela, nunca foi narrada legitimamente pelos próprios *sujeitos* (Nascimento, 2006).

Décadas passaram e a inquietação sobre a invisibilidade da mulher continua presente nos estudos acadêmicos. No âmbito historiográfico, as mulheres assumiram papéis coadjuvantes, secundários que passavam despercebidos(as). Mas o que se pode afirmar é que embora a historiografia as tenha esquecido, as mulheres continuaram a compor a narrativa histórica, por meio de reivindicação de seus direitos, abriram fissuras importantes no sistema capitalista. Esta reflexão nos leva a considerar a importância da Didática da História e da História Pública no processo educativo.

Um dos fatores que contribuiu para apagamento das mulheres, é devido ao passado da história da educação no Brasil, predominantemente marcado pelo autoritarismo e elitismo, influências conservadoras patriarcais, e, nesse contexto, também o machismo. Tais situações, certamente não eram facilitadoras do acesso e permanência de meninas, adolescentes e mulheres em escolas e universidades, reproduzindo o modelo político de sociedade vigente (Monteiro; Rovai, 2020).

Culturalmente desde Aristóteles, um dos pioneiros na escrita sobre mulheres, caracterizavam o feminino pela inferioridade de inteligência, valores e desenvolvimento acadêmico, sendo que também nas relações familiares como marido, mulher e filhos elas não tinham autoridade e

escolhas ainda que referisse a si mesmas (Schalcher, 1998). A desigualdade de sexo e gênero era assunto afirmado pela Igreja, pensadores e sociedade, sem receios ou reivindicações (Schalcher, 1998; Laqueur, 2001).

Na historiografia dominante, descreve-se em geral, mulheres em papéis coadjuvantes e não protagonistas, naturalizando-se noção de subalternidade da mulher. Outro exemplo, é o caso que ocorre na história do Brasil, a abordagem com descrição da seriedade da ação transformadora da Proclamação da Independência do Brasil, por Pedro I, influenciada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em relação a Portugal, mas em diferente abordagem, mais rigorosa espontaneamente, critica-se o formalismo da abolição da escravatura, pela Princesa Isabel. Nessa mesma linha, descreve-se a fundamental história de Zumbi dos Palmares, mas, em geral, omite-se ou secundariza-se o papel de Dandara dos Palmares na resistência afro (Silva; Moraes, 2023). Destaca-se na história do Brasil, grandes militares brasileiros, mas Maria Quitéria não possui valorização equivalente.

Segundo Thiago, Neto e Santos (2019) antecedentes da educação feminina remontam ao ensino religioso no contexto colonial, dirigido às mulheres brancas devido à condição escrava de mulheres afros, consideradas sem direitos. Sob esse viés, a Didática da História se apresenta como uma ferramenta crucial para reconhecer e corrigir essas lacunas na narrativa histórica.

A interseccionalidade, categoria que surgiu dentro do feminismo negro norte-americano é frequentemente usada por autoras feministas como Carla Akotirene (2018) e Kimberlé Crenshaw (2001), com o objetivo de relacionar diferentes sistemas de poder e opressão que operam sobre a vida das mulheres negras, contribuindo à teoria crítica social desde uma perspectiva da mulher negra, um ponto pouco visto e trabalhado no meio científico dominado pela enunciação eurocêntrica. Além disso, a interseccionalidade desempenha um papel fundamental na Didática da História e na História Pública, pois permite uma análise mais abrangente das complexas causas da opressão e exclusão social.

Conforme Assis (2019), baseado em análise da obra de Crenshaw (2001), o problema da opressão contra mulheres, principalmente negras, não reside exclusivamente no aspecto do gênero, mas sim por interseccionalidades, isto é, relaciona-se a causas diversas e interrelacionadas como desigualdade de classe, racismo, xenofobia, discriminação contra deficiências e outras formas de discriminação e violência. Nessa ótica, a teoria da

interseccionalidade e da emancipação feminina não se resume à discussão de gênero em si, mas às diversas causas complexas da opressão e exclusão social. Já autoras brasileiras, como: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Jurema Werneck e Djamila Ribeiro estão entre as teóricas que colocam a interseccionalidade para explicar as contradições e desigualdades que permeiam a vida das mulheres negras pertencentes a famílias de classes sociais populares. Essa abordagem crítica e interdisciplinar torna evidente a necessidade de incorporar essas perspectivas enriquecedoras no currículo educacional, através da Didática da História e da História Pública, para promover uma compreensão mais completa e inclusiva da sociedade e da história.

Essa tendência se configura como problema fundamental em ensino de História, como abordado neste artigo. Diante dessa tendência, noções e métodos em História Pública em relação ao próprio modo de produção do processo de ensino e aprendizagem, podem proporcionar ao docente-pesquisador, melhores condições de revisão crítica, com a diversificação de fontes primárias como lembranças, memórias, observações, depoimentos de cidadãos e cidadãs da própria comunidade escolar e de seu exterior. O livro didático como instrumento único e exclusivo, passa a ser uma ferramenta que demanda consultas, estudos e pesquisas em outras fontes, inclusive a de campo, processo inerente em metodologia científica, relacionada à revisão bibliográfica sobre o tema.

Para Almeida e Rovai (2013), deve-se salientar que fazer História Pública não se resume a ensinar e divulgar certo conhecimento, pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. Pois não se encerra em preservação, mas também no fazer histórico da sociedade viva, em que observamos o tempo presente com influência de raízes no passado.

O ensino de História, portanto, necessita de abordagem consciente sobre as causas da subalternização e invisibilidade da mulher em sociedade. Não se resume o problema a mera transmissão da informação sobre a dominação. É necessário abordar diversas causas que em conjunto perfazem o fenômeno da exploração, exclusão e opressão, presentes nas relações cotidianas. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos, é possível transformar o presente e sonhar o futuro" (Hooks, 2000, p. 198). Ao afirmar, que "o amor cura", a autora não tem intenção de romantizar o amor. O amor cura somente para as pessoas que foram condicionadas ao não-amor.

Faz-se necessário ainda a inserção no ensino de reflexões acerca da temática, retirando a metodologia baseada exclusivamente em questões evolutivas e factuais, assumindo posturas críticas que não aceitem apenas justificativas ultrapassadas, como de que a história seguiu o curso natural das coisas, sendo os homens a figura principal. O ensinar história não deve tratar as mulheres de forma a agregá-las agora ao ensino dessa disciplina apenas tornando evidente que foram negligenciadas, mas sim utilizar como ferramenta e instrumento possível de impactar as inter-relações, conduzir a novos conceitos e pensamentos que levem em consideração a pluralidade e a equidade de gênero. Mediante a isso o presente artigo possuiu como objetivo primordial abordar tais questões a partir da metodologia de revisão bibliográfica descritiva.

### **Historicamente invisível**

O estudo no Brasil sobre mulheres e sua participação na história é recente, uma vez que teve seu início apenas no final da década de 1970, visto que a princípio a produção histórica era essencialmente composta por homens, os quais por diversos motivos fizeram com que a presença feminina fosse ocultada da historiografia. Não por coincidência, os primeiros trabalhos foram liderados e elaborados por mulheres, sendo possível seu feitiço a partir da introdução das mulheres no mercado acadêmico e motivado pelos movimentos feministas, os quais buscavam enfaticamente “a vontade feminina de emancipação”. É nesse contexto que surge o termo “gênero” dentro do feminismo, tornando-se praticamente impossível dissociar as questões de gênero dos movimentos que estabeleceram a base para a construção desse conceito e da diferença sexual na sociedade (Silva, 2022).

Cunha, Bechler e França (2020, p. 179) tratam no artigo não diretamente com questões ligadas a diferença de gênero ou a aparição da mulher na história, mas abordam e defendem as minorias, o que não deixa de incluir as mulheres nesse contexto. Os autores escancaram a realidade acusando a forma como no Brasil seu povo não se sente representado e que ao longo da História do país os indivíduos são alvejados com narrativas do passado com “finalidades políticas e elitistas, do jogo entre lembranças e esquecimentos que promovem algumas vozes e silenciam outras”.

Sousa (2020, p. 17) conta que um dos diferenciais dos movimentos feministas do Brasil eram as proposições, pelo fato de partirem inicialmente de mulheres que se enquadravam na classe

média alta e que tiveram acesso ao letramento e continua “Os movimentos de mulheres do final do século XIX e início do XX, mesmo organizados estavam associados ao empenho pessoal de uma mulher, em geral, letrada, culta que ousava transgredir a ordem social vigente e defender os direitos políticos das mulheres”.

Sendo assim, a importância das discussões sobre gênero se dá ao fato de que neste momento da história é que foi evidenciado para o fato de que uma parcela da humanidade, as mulheres, estava na invisibilidade. Ainda, esses embates deram o enfoque nas diferenças estrondosas encontradas nas relações de hierarquia entre as mulheres e homens e as atribuições dos papéis na sociedade, não negando a biologia, mas realocando as discussões também para o campo social sobre as relações desiguais construídas entre os sujeitos.

### **O ensino de história pública e as mulheres**

O cenário de igualdade plena de direitos e deveres não existe, mas de qual forma é possível que a educação e o ensino de história podem contribuir para a mudança ainda que gradativa dessa realidade?

Fato é que as mulheres foram apagadas e esquecidas nos textos e na leitura da história, de forma inclusive a proporcionar o entendimento de que o país foi constituído apenas pela população masculina, sendo dever a busca por mudar este cenário (Rovai; Monteiro, 2019).

Dessa forma, é possível identificar uma contribuição decisiva dos debates sobre a história pública para a prática da aula de história e de uma formação voltada para a cidadania. Assim, Silva (2016) explica que o ensino de história pública no âmbito acadêmico tem se mostrado fundamental tanto para professores(as) como também pesquisadores(as), pois esses estão normalizando a abertura de espaços que antes eram considerados convencionais como escolas e universidades fazendo com que o passado seja circulado de maneira mais fidedigna.

Cunha, Bechler e França (2020, p. 178) compartilham dos mesmos ideais ao introduzirem a temática do ensino de história “buscamos problematizar em que medida ações educativas entretecidas pelos saberes históricos têm favorecido ou podem favorecer a elaboração de

compreensões e sensibilidades que colaborem para a construção de uma sociedade mais justa e democrática”.

Esses ideais trazidos por importantes autores(as), confirmam que é perfeitamente factível a integração dos conceitos e das análises das questões femininas, mas de modo a não as tratar como algo à parte do todo, mas sim com uma perspectiva de unidade sobre a condição da mulher.

Almeida e Rovai (2013) reafirmam e ressaltam que o fazer história pública não se basta em apenas disseminar um certo conhecimento, mas sim compreendem que de maneira intrínseca há uma pluralidade de disciplinas e integração dos recursos. As autoras ainda enfatizam que:

Para que esses processos [ensino/aprendizagem] aconteçam, é necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico, promovendo a divulgação histórica e o desenvolvimento de uma “história didática” que estimule a formação de uma “consciência histórica” ou uma história mais participativa e colaborativa com a comunidade fora do espaço universitário (Almeida; Rovai, p. 56).

Segundo Paulo Freire (1987), o método dialógico a partir de palavras, seus fonemas e temas geradores, constitui caminho objetivo para ler, compreender, interpretar e agir sobre a realidade, com autonomia e esse processo de alfabetização contribui à conscientização de si e do mundo. Nesse desenvolvimento, a subalternização e invisibilidade social da mulher, principalmente das mulheres afros, torna-se tema, problematiza-se, discute-se as suas causas e enfrentamentos coletivos para a sua resolução.

Bell Hooks (1994) em pesquisa e prática desenvolvida na *Universidade de Yale e City College of New York*, aborda a sua resolução na hipótese quanto ao direito de transgredir como prática de liberdade, em que relaciona o método didático dialógico de Paulo Freire, consciente de causas múltiplas, que denomina interseccionalidade, entre classe, gênero e raça. Para a autora, mulheres negras enfrentam o silêncio também como censura, inclusive nos próprios meios afros (Hooks, 1994, p. 95).

É inegável, assim como explícito anteriormente, que também no contexto educacional brasileiro o ensino de história se dá de maneira machista e patriarcal, ainda que os exemplos utilizados na educação possam parecer banais e, isoladamente, não revelam todas as questões históricas e

culturais sobre a invisibilidade feminina na história, eles acabam contribuindo para a manutenção dessa cultura, ao invés de promover mudanças.

Thiago, Neto e Santos (2019) afirmam que a proposição de uma reflexão acerca da educação incluindo as mulheres está inerente às origens da institucionalização da educação feminina no Brasil, ou seja, desde os primórdios as mulheres (brancas) eram tidas como um incremento essencial no processo de colonização, uma vez que essas no século XVI eram obrigadas a atender a demanda da sociedade baseado apenas em questões religiosas. Dessa forma, a mudança de pensamento deve ser ampla de modo a reverter a verdade única até então existente no passado histórico das mulheres.

Nas escolas, os grandes pensadores até então estudados já determinam conceitos patriarcais, como Platão e Aristóteles que afirmavam que a desigualdade de gênero existe e é algo necessário; como Rousseau em “O Contrato Social” que ignora o local de fala das mulheres em uma possível república e em conjunto com Spinoza que compartilha da ideia de que a razão das mulheres não tinha lógica. Ainda esses atribuem ao sexo feminino características como fragilidade, dependência masculina, fraqueza. De maneira a reafirmar o conceito disseminado por grandes estrelas da ciência, tem-se o ensinamento de que em contrapartida as mulheres são naturalmente dotadas de características acerca dos cuidados, como é o cuidado com os filhos, o marido e pelos demais.

Rovai (2019, p. 90) compreende que o espaço escolar é um ambiente coletivo de construção e interpretação dos conhecimentos que os alunos são alvejados e mediante a isso, nesse local é possível unir e sistematizar os saberes que são aprendidos também fora dele, sendo um “espaço de (re)elaboração e devolução coletiva de conhecimentos pelas experiências dos sujeitos envolvidos”. Mas a autora ainda alerta, que para que isso ocorra é necessário um compromisso grande do professor com atividades didáticas e cuidado com o material a ser utilizado.

A substituição de livros oficiais em escolas não é fácil e nem sempre é possível, assim, é preciso refletir sobre como abordar construtivamente esse problema e implica, também, em revalorizar o trabalho da educadora e do educador. Esse movimento poderia esclarecer acerca dos procedimentos didáticos e metodológicos críticos para utilizar de forma lúcida o livro didático, como meio, como referência não exclusiva, e não um programa a ser executado linearmente, como ensino conservador.

Andrade, Almeida e Silva (2019, p. 162) se posicionam em defesa do(a) profissional de educação explicando que por diversas vezes a vontade de ensinar existe nos professores(as), mas ainda esses lidam com a dimensão da subalternização principalmente por conta de políticas públicas e curriculares. No entanto, ainda que possam limitar, existem formas de inserir temas como a diferença de gênero cumprindo os requisitos de ensino e também o papel social de educador(a) de história.

Uma proposta prática trazida no estudo de Oliveira (2019) é a utilização de fontes jornalísticas que abordam questões que envolvem as mulheres na atualidade, sendo este um instrumento eficaz no ensino de história, de modo comparativo com questões que os indivíduos julgam não se adequar aos padrões de entendimento de igualdade de gênero, por exemplo, permitindo que dessa maneira os(as) alunos(as) possam refletir sobre todas as questões que envolvem os gêneros e sua participação em contextos sociais, educacionais, políticos e culturais.

Rovai (2019, p. 91) ainda explica que no ensino de história pública o(a) profissional da educação deve se respaldar de amplos estudos e considerar os diversos meios de comunicação que atualmente existem para a compreensão do passado e sua ligação com as presentes gerações e não se restringir apenas em materiais tradicionais e livros didáticos ultrapassados. As autoras Prohmann e França (2020 p. 267) também compartilham da mesma ideia, uma vez que há a disponibilidade de outros meios de circulação do conhecimento histórico como a partir de mídias, jornais, músicas, literatura, filme, entre outros, fornecendo novas formas de abordagem.

Bell Hooks, fundamenta-se em sua própria história de resistência afro feminina e defende que na educação as experiências de vida estão intimamente relacionadas à teorização, não há como separar a teoria e prática, uma vez que a teoria em si é “uma prática libertadora”. Em sua abordagem postula a interseccionalidade das causas da opressão contra a mulher e principalmente em relação ao racismo contra afros. Defende a construção de uma educação humanista, assumidamente antirracista, antissexista e anti-homofóbica (Hooks, 2013) e popular, pois, é evidente que um dos muitos usos da teoria no ambiente acadêmico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais onde as únicas obras consideradas realmente teorias são as altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras (Hooks, 1994, 89).

O(a) educador(a) de História possui dessa forma, um papel primordial de forma a tornar os fatos históricos acessíveis e levar a informação para os ambientes escolares, tornando os assuntos princípios de debates, promovendo uma visão crítica perante a sociedade baseada em fatos e esclarecimentos históricos. Nessa perspectiva, a produção e uso de livros didáticos de História necessitam pesquisas e análises críticas, de modo a evitar vieses e práticas involuntárias que eventualmente reproduzam a opressão contra mulheres e a sua invisibilidade e exclusão social. Para Paulo Freire (1997, p. 34-35) “a discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista encarnada e em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa”.

Mediante a isto, é necessário que o centro do ensino-aprendizagem de história tenha um papel de linguagem que possibilite o entendimento sobre as diferenças de gêneros, mas que essa clareza de visão não seja utilizada de modo a impedir o avanço da igualdade. O que deve ser feito para reverter a situação é tornar comum a introdução do ponto de vista feminino bem como as experiências vivenciadas por mulheres, ainda que avanços já foram realizados é necessário que as instituições compreendam a real necessidade de um ensino que seja atribuído para a historiografia feminina, propiciando não apenas a devida importância às mulheres, mas também a oportunidade de mudança de rota para as mulheres em relação a história no futuro.

### **Didática da História e a reconstrução das narrativas de Gênero**

A reconstrução das narrativas de gênero é uma dimensão crucial a ser considerada na Didática da História. A abordagem centrada na história das mulheres emerge como uma resposta necessária à longa tradição historiográfica que negligenciou ou marginalizou a contribuição das mulheres na construção da história. Contudo, para que seja possível trabalhar com essa reconstrução é necessário, primeiramente, conhecer o que de fato consiste na Didática da História.

O conceito de Didática da História tem gerado discussões e análises não apenas no âmbito da História, mas também no campo da Educação. Inúmeros autores têm questionado abordagens que encaram a Didática da História unicamente como um corpo de conhecimento que busca converter historiadores(as) experientes em professores(as) de níveis fundamental e médio. Essa

visão tem sido associada a diversas perspectivas relacionadas às matérias que abordam a pedagogia do ensino histórico (Sobanski, 2017).

De maneira geral, é possível observar a presença de um campo teórico específico de estudo conhecido como Didática da História. Esse campo se encontra no ponto de interseção entre a epistemologia da História, que serve como base para a criação de categorias e abordagens metodológicas, e seu diálogo com diversas disciplinas das ciências humanas. Estas incluem tanto aquelas que tradicionalmente se dedicam ao estudo da aprendizagem quanto aquelas que formam o fundamento do conhecimento que se pretende ensinar (Prats, 2001). Assim, integrar uma abordagem centrada na história das mulheres não apenas diversifica o currículo, mas também contribui para uma educação mais inclusiva e equitativa.

De acordo com Cerri (2001) o conceito em questão não se encaixa em uma única definição ao longo da historiografia. Em vez disso, pode ser interpretado de várias maneiras, abrangendo noções como consciência política, um estado de consciência que pode ou não estar presente na natureza humana, um fenômeno que pode ou não estar relacionado à era moderna, uma condição da existência, um elemento que integra um indivíduo à sociedade, uma compreensão da passagem do tempo ou mesmo como o fundamento subjacente a todo pensamento histórico. Portanto, é evidente que esse conceito é altamente complexo e multifacetado, abrindo espaço para diversas interpretações e abordagens.

Sob uma perspectiva que se concentra na epistemologia da História, as considerações feitas por Jörn Rüsen (2007) referente a Didática e suas implicações no conhecimento histórico revelam uma premissa fundamental, uma vez que esta reside na ideia de que a Didática representa a disciplina encarregada do estudo da aprendizagem da História. Rüsen argumenta de forma incisiva que o ato de ensinar e aprender História pertence exclusivamente ao domínio de uma disciplina altamente especializada, conhecida como Didática da História.

Além disso, Rüsen (2015) enfatiza que esses desenvolvimentos na Didática da História não podem ser mais negligenciados ou subestimados pela comunidade acadêmica. Esta disciplina se expandiu significativamente, acumulando uma base sólida de teorias e métodos específicos que agora desempenham um papel essencial no cenário educacional e histórico.

Cerri (2001) complementa que uma abordagem didática que se baseia nessa concepção reconhece a diversidade das maneiras pelas quais as pessoas interagem com seu passado, com

o propósito de dar significado às suas ações no presente. Isso implica na criação de uma compreensão coletiva do tempo, que está intrinsecamente ligada à identidade do indivíduo, à coesão do grupo e à sensação de pertencimento.

Para além de sua aplicação direta na esfera da educação formal, o conceito de Didática da História pode ser concebido em uma dimensão ainda mais ampla, assumindo o papel de uma "meta-teoria" (SADDI, 2010). Nesse contexto, a Didática da História se transforma em uma reflexão profunda sobre a prática historiográfica em si e como ela contribui para dotar a ciência histórica de ferramentas necessárias para o aprendizado do passado e para a construção de significado em relação à experiência temporal.

Essa perspectiva "meta-teórica" implica uma autorreflexão crítica que visa explicitar os elementos que muitas vezes operam de forma implícita no dia a dia do historiador. Trata-se, essencialmente, de um esforço para tornar visíveis e compreensíveis os processos subjacentes à investigação histórica, os quais podem ser opacos quando observados superficialmente. É uma maneira de desvendar e analisar as complexas dinâmicas envolvidas na pesquisa e narrativa histórica.

Em meio a essa complexa teia de reflexões sobre a Didática da História, percebe-se que a forma como a História é ensinada e comunicada desempenha um papel crucial na moldagem das percepções sobre papéis de gênero ao longo do tempo. Através da Didática da História, é possível explorar como as narrativas históricas tradicionalmente patriarcais foram transmitidas e internalizadas, bem como examinar como as novas abordagens pedagógicas podem contribuir para a desconstrução dessas narrativas e para a promoção da igualdade de gênero.

Da mesma forma, a perspectiva "meta-teórica" da Didática da História nos convida a olhar para dentro do campo historiográfico e questionar como as narrativas de gênero são construídas e representadas na pesquisa histórica. Como historiadores(as), é fundamental reconhecermos nossos próprios preconceitos e suposições em relação ao gênero, e a Didática da História pode desempenhar um papel na conscientização desses elementos implícitos e na promoção de uma abordagem mais inclusiva e diversificada na narrativa histórica.

Refletir sobre a redefinição das interações dos indivíduos com as questões de gênero implica em uma reconsideração da relação desses mesmos indivíduos com o sistema educacional. A perspectiva subjacente a essa reflexão é ancorada na crença na capacidade de transformação e

renovação, juntamente com o reconhecimento da importância dessa potencial mudança quando se combina com uma abordagem abrangente. É precisamente devido a essa visão otimista e à valorização da capacidade de transformação que se acredita que esse ponto de partida pode representar um início auspicioso para as reconstruções que se mostram imprescindíveis (Viana; Barbosa, 2017).

Nesse interim, a Didática da História emerge como ferramenta crucial na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Ao reconhecer a influência do ensino da História na percepção de gênero, abre-se caminho para uma abordagem mais consciente e crítica, na qual a narrativa histórica seja usada como instrumento de empoderamento e desconstrução de estereótipos, sobretudo de gênero. Assim sendo, a reflexão sobre a própria construção do conhecimento histórico nos lembra da responsabilidade que temos, como historiadores e historiadoras, de desenvolver uma escuta sensível para as vozes que foram silenciadas, contribuindo para uma visão mais plural e inclusiva do passado.

Consequentemente, a busca por uma educação histórica mais progressista e inclusiva não é apenas uma questão pedagógica, mas também um imperativo social. Ao reconhecer a fluidez e a mutabilidade das identidades de gênero e ao promover uma narrativa histórica que reflita essa compreensão, é possível aspirar a uma sociedade que celebra a diversidade e a igualdade, trazendo à luz histórias que foram há muito esquecidas ou ignoradas, tal como a das mulheres. Portanto, a Didática da História se revela como uma força transformadora capaz de moldar a consciência coletiva e contribuir para um futuro mais inclusivo e igualitário.

### **Considerações**

A união de uma série de fatos culturais e históricos privilegiou claramente a narrativa de fatos que envolvessem apenas os homens, cabendo as mulheres um espaço de esquecimento e de invisibilidade, o qual não condiz com a importância real que tiveram.

Foi a partir da escrita da história que as mulheres então tiveram a possibilidade de resgatar ou até mesmo modificar esse fardo, uma vez que este proporcionou a comprovação de que as mulheres não foram meras coadjuvantes no processo histórico, mas assumiram posturas protagonistas em diversos momentos. Com o avanço do feminismo e a nova sociedade

capitalista, houve a abertura das portas dos estudos para as mulheres e também do trabalho, mas que ainda assim evidenciava sérias discriminações entre homens e mulheres, uma vez que essas não assumiam cargos altos de liderança e prestígio. Nesse contexto, foi então possível ampliar as discussões acerca de igualdade e desigualdade de gênero, até então não discutidas a fundo, impulsionadas pelo feminismo e pela necessidade de mudanças.

Ainda que seja algo recente, relacionar o ensino com as mulheres é necessário, mas que demanda profunda transformação da sociedade e seus conceitos pré-estabelecidos, os quais por diversas vezes não são se quer percebidos. Motivado a isso tem-se o respaldo da urgência de revisão do modo de se fazer e ensinar história, sendo papel primordial das historiadoras e historiadores evidenciar cada vez mais tais questões em um novo local de escrita.

Ao reconhecer a influência do ensino da História na percepção de gênero, a Didática da História abre caminho para uma abordagem mais consciente e crítica, na qual a narrativa histórica pode ser usada como instrumento de empoderamento e desconstrução de estereótipos. Isso não é apenas uma questão pedagógica, mas também um imperativo social, pois contribui para uma sociedade que celebra a diversidade e a igualdade. Portanto, a Didática da História se revela como uma força transformadora capaz de moldar a consciência coletiva e contribuir para um futuro mais inclusivo e igualitário.

Essa nova história é capaz de mudar o processo de fragmentação atualmente existente entre os seres e abrir os caminhos para as minorias, de modo a proporcionar a identificação da atualidade com o ocorrido nos primórdios e encorajar cada vez mais as mulheres sobre a não aceitação de um local de inferioridade. Contar essa nova história é buscar a existência pelo antirracismo e o anti-machismo. A figura feminina deve ser inserida no ensino/aprendizagem de história como quem participou e auxiliou ativamente na construção do que se tem atualmente e dessa forma elas terão o espaço digno de atuação no cotidiano, no trabalho, nos espaços públicos e privados e por fim na história como um todo.

**Referências**

AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando. 2018.

ALMEIDA, J. R. de. ROVAI, M. G. de O. **História pública entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo social. Natal. 2013.

ANDRADE, E. P. ALMEIDA, J. R. de. SILVA, M. M. P. da. Artes de ensinar, ofício de viver: das narrativas (auto)biográficas a uma história pública dos professores. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 158-181 – 2019.

ASSIS, D. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

ASSIS, D. N. **Conceição de. Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

CERRI, L. F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 6, nº 2, 2001, p. 93-112.

CERRI, L. F. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História como prática. **Revista de História Regional**, vol. 15, nº 02, 2010

CUNHA, N. R. de C.; BECHLER, R. R.; FRANÇA, C. S. Publicização e sentidos das narrativas históricas na (in)formação de sensibilidades sobre as tragédias-crimes de Minas Gerais. In: **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020.

FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: **Olho D'Água**, 1997

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. Vivendo de amor. In J. Werneck, M. Mendonça, & E. White (Orgs.), **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

HOOKS, B; A teoria como prática libertadora. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.

LAQUEUR, T. **Invertendo o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, B. **História Pública: uma breve bibliografia comentada**. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/> . Acesso em 13 agos. 2021.

MATOS, M. I. S. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. In: **Mandrágora**, v.19, n.19, 2013, p. 69.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: Ratts, Alex. Eu sou Atlântica. **Sobre a trajetória de ida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006

NASCIMENTO, B. **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**/ Organizado por Alex Ratts e Bethânia Gomes; ilustrado por Iléa Ferraz e revisado por José Henrique de Freitas Santos. Salvador: Editora Ogum's Toque Negros, 2015. P.32

PRATS, J. **Enseñar Historia: notas para uma didáctica renovada**. Consejería de Educacion, Ciencia y Tecnologia. Junta de Extremadura (Mérida), 2001.

PROHMANN, A. C. FRANÇA, C. S. Percursos de diálogos com a história pública na relação com os livros didáticos de história. In: Bueno, André *et al.* **Ensino de História e Diálogos Transversais**. Online. 2020. 1ª Ed. Rio de Janeiro.

ROVAI, M. G. de O. Ensino de História e a história pública os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 89-110 – 2019.

ROVAI, M.; MONTEIRO, L.: **História das Mulheres e História Pública: Desafios e Potencialidades em um Ensino Posicionado** In: Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil. REHR | Dourados, MS | v. 14 | n. 27 | p. 211 | Jan. / Jun. 2020.

RÜSEN, J. História Viva. **Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da Unb, 2007.

RÜSEN, J. **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

SADDI, R. Didática da História como subdisciplina da ciência da História. **Revista História & Ensino**. vol. 16, nº 01, 2010.

SCHALCHER, M. G. F. Considerações sobre o tema da mulher no pensamento de Aristóteles. **Phoinix**, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, A. A. da. **A história pública e o protagonismo feminino no livro didático de História**. Campo Mourão-PR, 2022.

SILVA, A. A. da.; MORAES, E. M. A. de. “Passados que não passam”: Dandara a mulher escravizada, trajetória e a sua representação nos livros didáticos de História. **Rev. Hydra**, v. 6, nº 12, 2023.

SILVA, D. P. Ampliação e veto ao debate público na escola: história pública, ensino de história e projeto “Escola Sem Partido”. Transversos: **Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

SOBANSKI, A. Q. **Formação de professores de história: educação histórica, pesquisa e produção de conhecimento**. Curitiba, 2017, 260p.

SOUSA, L. M. de. **O ensino de história e a participação política de mulheres no Brasil de 1914 a 1945**. 2020. Dissertação. Mestrado Profissional. Universidade do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39010/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20Luizelene%20Moreira%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em 04 ago. 2021.

THIAGO, D. F. de O. NETO, E. B. G. SANTOS, E. da S. As mulheres atuando na história: desafios para uma agenda do ensino de história do Brasil para o século XXI. In: **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Campo Grande, MS, v. 25, n. 49.1, p. 49-72, Dossiê Especial 2019.

VIANA, I. C.; BARBOSA, J. L. M. Reconstruindo narrativas: mediação e conflitos de gênero e sexualidade no ambiente escolar. In: Revice - **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 302-323, ago./dez. 2017.

Recebido em 2024-03-16

Aprovado em 2024-06-13

Publicado em 2024- 07 -15